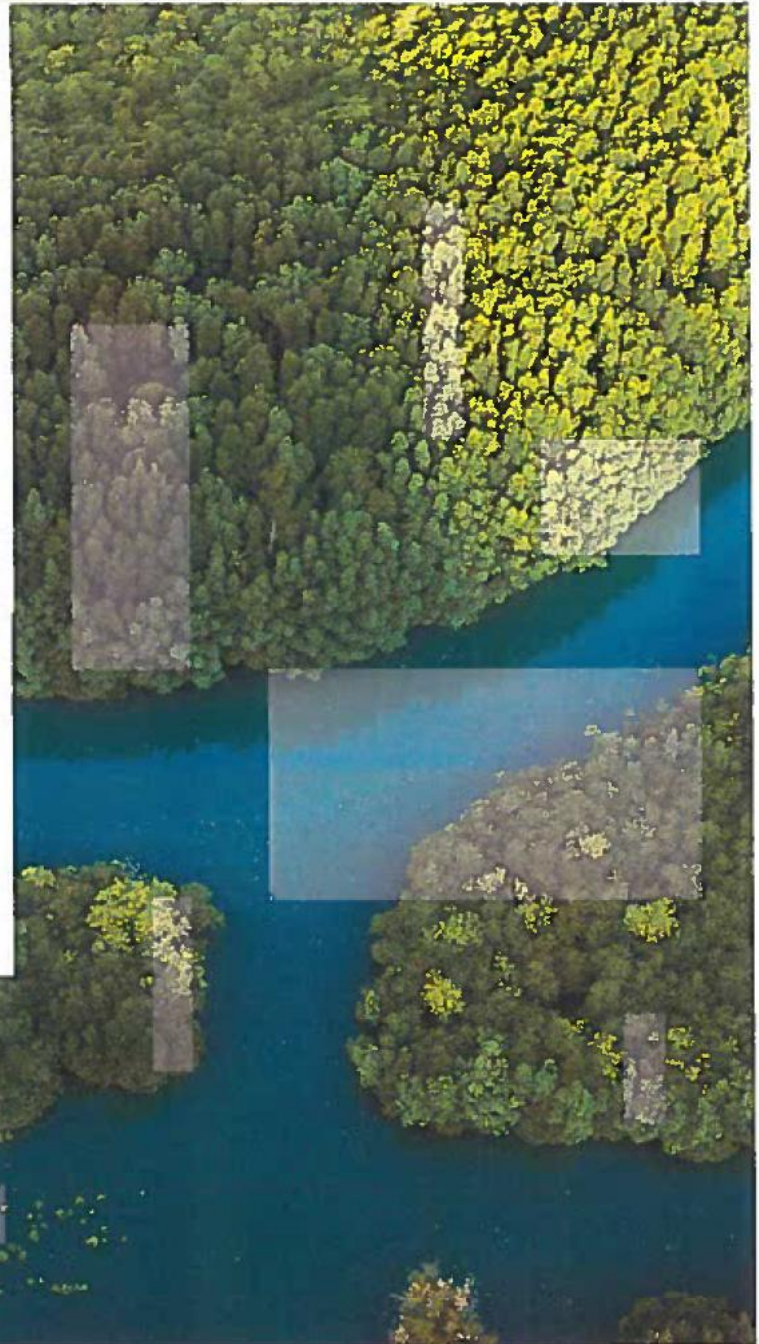


Relatório e Contas 2016

Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada

março 2017



Índice

A Empresa	1
Relatório de Gestão	2
<i>Atividade Global da Willis Towers Watson.....</i>	<i>2</i>
<i>Evolução da Empresa e Análise do Exercício.....</i>	<i>2</i>
<i>Perspetivas para o Próximo Exercício.....</i>	<i>3</i>
<i>Proposta de Aplicação de Resultados</i>	<i>3</i>
Balanço – Ativo	4
Balanço – Passivo e Capital Próprio	5
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	6
Demonstração das Alterações no Capital Próprio.....	7
Demonstração de Fluxos de Caixa	8
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.....	9
1. <i>Nota introdutória</i>	<i>9</i>
2. <i>Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras</i>	<i>9</i>
3. <i>Principais políticas contabilísticas</i>	<i>9</i>
3.1 <i>Bases de apresentação.....</i>	<i>9</i>
3.2 <i>Ativos fixos tangíveis.....</i>	<i>10</i>
3.3 <i>Ativos e passivos financeiros</i>	<i>10</i>
3.4 <i>Locações</i>	<i>11</i>
3.5 <i>Rédito</i>	<i>12</i>
3.6 <i>Imposto sobre o rendimento.....</i>	<i>12</i>
3.7 <i>Transações e saldos em moeda estrangeira</i>	<i>13</i>
3.8 <i>Provisões.....</i>	<i>13</i>
3.9 <i>Benefícios pós-emprego</i>	<i>13</i>
3.10 <i>Especialização de exercícios</i>	<i>13</i>
3.11 <i>Acontecimentos subsequentes</i>	<i>14</i>
3.12 <i>Juizados de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas.....</i>	<i>14</i>
4. <i>Fluxos de caixa.....</i>	<i>14</i>
5. <i>Ativos fixos tangíveis</i>	<i>15</i>
6. <i>Locações</i>	<i>16</i>
7. <i>Clientes.....</i>	<i>16</i>
8. <i>Impostos sobre o rendimento</i>	<i>17</i>

9. Acionistas/Sócios	18
10. Outras contas a receber	19
11. Diferimentos ativos	19
12. Instrumentos de capital próprio	19
13. Passivos financeiros	20
14. Estado e outros entes públicos	21
15. Outras contas a pagar	21
16. Vendas e serviços prestados	22
17. Fornecimentos e serviços externos	22
18. Gastos com o pessoal	23
19. Provisões	24
20. Outros gastos e perdas	24
21. Juros e rendimentos similares obtidos	24
22. Partes relacionadas	25
23. Divulgações exigidas por diplomas legais	26

A Empresa

A Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada, (adiante designada "TW(P)") uma empresa do Grupo Willis Towers Watson, exerce em Portugal a atividade de consultoria especializada nas áreas de recursos humanos e financeiros, nomeadamente estratégias de investimento, consultoria para seguradoras e fundos de pensões, soluções tecnológicas e benefícios laborais (incluindo avaliações e reportes), estratégias de capital humano e mediação de seguros e de fundos de pensões.

Desenhamos e oferecemos soluções que gerem o risco, otimizam os benefícios, promovem o talento e ampliam o poder do capital de forma a proteger e a reforçar as organizações e os indivíduos. A nossa perspetiva única permite-nos olhar para as principais interseções entre os talentos, os ativos e as ideias – a fórmula dinâmica que promove o desempenho do negócio.

A forte focalização no cliente, a ênfase no trabalho de equipa, uma integridade inabalável, o respeito mútuo e um constante esforço pela excelência são os principais valores onde assenta a riqueza da história da Willis Towers Watson. Estes valores irão continuar a definir a nossa abordagem ao negócio e a nossa relação com os nossos clientes, tanto no presente como no futuro.

A Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada passou a adotar o ano fiscal coincidente com o ano civil, sendo que, no caso do exercício fiscal de 2016 da TW(P), este compreenderá somente o período de 1 de julho a 31 de dezembro de 2016. Esta alteração do ano fiscal resultou de orientações recebidas do Grupo Willis Towers Watson.

Relatório de Gestão

Atividade Global da Willis Towers Watson

Este ano registou-se novamente uma oscilação nos nossos proveitos em quase todas as regiões e segmentos, ainda motivada pela reação do mercado à fusão ocorrida em janeiro de 2016. Face ao ano anterior, os proveitos globais da Willis Towers Watson cresceram cerca de 6%, embora tenham apresentado uma performance abaixo da esperada.

O ano fiscal de 2016 ficou marcado pelo crescimento de três áreas de sinergia específicas: a global health solutions, o mid-market exchange nos Estados Unidos e o vasto mercado de Property and Casualty. Ocorreu um aumento nas margens de rentabilidade devido ao Operational Improvement Program e o refinamento da disciplina financeira para o crescimento a longo prazo foi algo instituído no Grupo.

Evolução da Empresa e Análise do Exercício em Portugal

Relativamente ao exercício fiscal em análise, o volume de negócios atingiu o valor de 4.467.967 euros, tendo-se verificado um decréscimo de cerca de 15% face ao ano fiscal anterior. Este decréscimo resulta, em parte, na alteração do ano fiscal e do comparativo ser de 6 meses do período fiscal anterior em vez dos usais 12 meses. Outra das razões apresentadas é o decréscimo das exportações do trabalho na equipa do Lisbon Service Centre.

No que diz respeito aos gastos, há a referir o valor de 2.291.733 euros relativo aos gastos com o pessoal, dos quais 1.703.168 euros são referentes a remunerações. Relativamente aos fornecimentos e serviços externos foram contabilizados 1.001.549 euros, compostos, essencialmente, por trabalhos especializados e rendas/alugueres (escritório, automóveis e equipamentos).

Os outros gastos e perdas, no montante de 147.896 euros, são referentes, na sua maioria, a diferenças de câmbio desfavoráveis.

O resultado líquido do exercício atingiu um montante de 651.908 euros no ano fiscal findo a 31 de dezembro de 2016.



Perspetivas para o Próximo Exercício

Considerando as projeções para a economia Portuguesa, prevê-se que a economia Portuguesa mantenha uma trajetória de recuperação apresentando um ritmo de crescimento em linha com o projetado para a zona do euro. Espera-se um crescimento das exportações, refletindo assim um enquadramento económico e financeiro externo favorável. O que, no nosso caso específico, poderá traduzir-se numa manutenção na prestação de serviços para a União Europeia, nomeadamente para o Reino Unido, dependendo das condições futuras a adotar por via da saída prevista do Reino Unido da União Europeia.

Decorrentes das perspetivas referidas, espera-se que o volume de negócios da TW(P) para o próximo ano não sofra grandes oscilações face ao corrente ano. O facto de a economia Portuguesa estar a dar sinais de recuperação, poderá significar novas oportunidades de negócios.

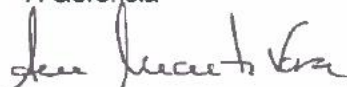
Proposta de Aplicação de Resultados

A gerência propõe que sejam aprovadas as contas relativas ao exercício fiscal de 2016 e, propõe também, que o resultado líquido do exercício de 651.908 euros seja aplicado da seguinte forma:

- 651.908 euros - Resultados transitados

Lisboa, 31 de março de 2017

A Gerência



Balanço – Ativo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
E EM 30 DE JUNHO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2016	30 junho 2016
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	218.084	231.747
Outros ativos financeiros	4	19.409	19.409
Total do ativo não corrente		237.493	251.156
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	7	1.919.716	528.424
Acionistas / sócios	9	7.015.361	6.463.080
Outras contas a receber	10	518.977	1.610.702
Diferimentos	11	46.478	86.384
Caixa e depósitos bancários	4	174.609	168.325
Total do ativo corrente		9.675.140	8.856.914
Total do ativo		9.912.633	9.108.070

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado

Telma Talagão

A Gerência

[Assinatura]

Balanço – Passivo e Capital Próprio

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

E EM 30 DE JUNHO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	31 dezembro 2016	30 junho 2016
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	12	100.000	100.000
Prémios de emissão	12	778.937	778.937
Reserva legal	12	20.000	20.000
Resultados transitados		6.286.365	4.332.420
		<u>7.185.302</u>	<u>5.231.357</u>
Resultado líquido do exercício		651.908	1.953.945
Total do capital próprio		<u>7.837.210</u>	<u>7.185.302</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Diferimentos		10.112	13.483
Total do passivo não corrente		<u>10.112</u>	<u>13.483</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	331.288	490.979
Estado e outros entes públicos	14	421.357	606.807
Outras contas a pagar	15	1.232.174	811.500
Provisões	19	80.494	-
Total do passivo corrente		<u>2.065.312</u>	<u>1.909.286</u>
Total do passivo		<u>2.075.423</u>	<u>1.922.769</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>9.912.633</u>	<u>9.108.070</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado

Telma Talagão

A Gerência

João Manuel Vitor

12

Demonstração dos Resultados por Naturezas

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
E EM 30 DE JUNHO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 dezembro 2016	30 junho 2016
Vendas e serviços prestados	16	4.467.967	10.445.152
Fornecimentos e serviços externos	17	(1.001.549)	(2.065.652)
Gastos com o pessoal	18	(2.291.733)	(5.109.536)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	7	(10.071)	2.098
Provisões ((aumentos) / reduções)	19	(80.494)	-
Outros gastos e perdas	20	(147.896)	(120.930)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		936.223	3.151.132
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	5	(42.655)	(157.124)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		893.569	2.994.008
Juros e proveitos similares obtidos	21	343	1.314
Resultado antes de impostos		893.911	2.995.322
Imposto sobre o rendimento do exercício - imposto corrente	8	(242.003)	(1.041.377)
Resultado líquido do exercício		651.908	1.953.945

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado

Telma Talagão

A Gerência

[Assinatura]

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
E EM 30 DE JUNHO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

	Capital realizado	Prémios de emissão	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 30 de junho de 2015	100.000	778.937	20.000	1.815.037	2.517.382	5.231.357
Aplicação do resultado líquido de 30 de junho de 2015:						
Transferência para resultados transitados	-	-	-	2.517.382	(2.517.382)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	1.953.945	1.953.945
Saldo em 30 de junho de 2016	100.000	778.937	20.000	4.332.420	1.953.945	7.185.302
Aplicação do resultado líquido de 30 de junho de 2016:						
Transferência para resultados transitados	-	-	-	1.953.945	(1.953.945)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	651.908	651.908
Saldo em 31 de dezembro de 2016	100.000	778.937	20.000	6.286.365	651.909	7.837.210

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado

Telma Talagão

A Gerência

João Martins

Demonstração de Fluxos de Caixa

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
E EM 30 DE JUNHO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

	31 dezembro 2016	30 junho 2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	4,163,690	11,998,416
Pagamentos a fornecedores	(830,325)	(2,024,859)
Pagamentos ao pessoal	(2,095,931)	(5,511,954)
Caixa gerada pelas operações	1,237,434	4,461,603
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	(421,023)	(1,308,432)
Outros recebimentos / pagamentos	(226,610)	(168,487)
Fluxos das atividades operacionais [1]	589,800	2,984,684
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(28,991)	(11,963)
Empréstimos concedidos a acionistas	(552,281)	(2,957,849)
	(581,272)	(2,969,812)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	343	1,314
Fluxos das atividades de investimento [2]	(580,929)	(2,968,498)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(2,588)	(652)
Fluxos das atividades de financiamento [3]	(2,588)	(652)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	6,284	15,534
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	168,325	152,790
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	174,609	168,325

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado

Telma Talagão

A Gerência

João Luís

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

1. Nota introdutória

A Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada, uma empresa inserida no Grupo Willis Towers Watson ("Towers Watson" ou "Sociedade") é uma sociedade por quotas, constituída em 1 de julho de 2009 através da entrada em espécie de ativos e passivos da ex-Sucursal da Watson Wyatt International Limited – Sucursal em Portugal ("Ex-Sucursal") e tem a sua sede social na Avenida da Liberdade, n.º 245 – 4º B em Lisboa. A Sociedade tem como atividade principal a consultoria especializada na área da gestão financeira, das pessoas e do risco.

A Sociedade alterou o seu exercício económico para um período de doze meses findo em 31 de dezembro de cada ano. Uma vez que o último exercício económico terminou a 30 de junho de 2016, foi efetuado um período somente de seis meses para uniformizar a alteração. Este aspeto deverá ser tido em consideração na comparação da demonstração dos resultados e nas respetivas notas apresentadas relativamente ao exercício anterior.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros (arredondados para a unidade) e foram aprovadas pela Gerência em 31 de março de 2017.

A Gerência entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e os seus fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, as normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF") e as normas interpretativas ("NI") espelhadas nos avisos n.º 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de agosto de 2009, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações é designado genericamente por "NCRF".

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos mantidos pela Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os mesmos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida pela Gerência, deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 8

As obras efetuadas em edifícios arrendados são amortizadas durante o período de vigência do respetivo contrato de arrendamento, ou seja, até junho de 2018.

As vidas úteis e o método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados do exercício.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no exercício em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido, ou a receber, na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no exercício em que ocorre a alienação.

3.3 Ativos e passivos financeiros

De acordo com a NCRF 27 – Instrumentos Financeiros, a Sociedade reconhece um ativo ou um passivo financeiro apenas quando se torna parte das disposições contratuais do respetivo instrumento. Todos os ativos e passivos financeiros são mensurados em cada data de relato ao custo ou ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade, quando aplicável.

Os principais ativos e passivos financeiros identificáveis são:

a) Caixa e depósitos bancários

A rubrica caixa e depósitos bancários inclui caixa e depósitos bancários com maturidade inferior a 3 meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

b) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Habitualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Habitualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros detidos pela Sociedade são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber" da demonstração dos resultados do exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição puder ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Imparidade de dívidas a receber".

As contas a receber individualmente significativas são avaliadas individualmente para efeitos de imparidade.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O desreconhecimento de ativos financeiros ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram ou a Sociedade transfere para outra entidade todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o mesmo. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando se extingue a obrigação estabelecida no contrato ou quando a mesma é liquidada, cancelada ou expirada.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transfiram substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é efetuada em função da substância e não da forma dos contratos.

Os encargos com locações operacionais são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Fornecimentos e serviços externos" como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.5 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de descontos e outros abatimentos e não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

A receita da Sociedade é essencialmente proveniente de projetos de consultoria prestados a entidades do Grupo e outros clientes.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

Para os projetos de consultoria prestados a entidades do Grupo, o rédito é reconhecido numa base linear durante o período estimado de execução do serviço.

Adicionalmente, para a receita ainda não faturada, registada na rubrica "Outras contas a receber – Acréscimo de rendimentos", a Sociedade regista uma imparidade estimada com base na sua antiguidade.

3.6 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são também registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Sociedade. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de tributação das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.7 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Sociedade) são registadas às taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do exercício em que são geradas.

3.8 Provisões

As provisões são registadas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registado consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9 Benefícios pós-emprego

Planos de contribuição definida

As contribuições da Sociedade para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no exercício a que respeitam, ou seja, quando os colaboradores abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Sociedade.

3.10 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre



os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos nas rubricas "Diferimentos".

3.11 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor críticos identificados, bem como as principais fontes de incerteza, prendem-se com o apuramento da imparidade para clientes e o reconhecimento da receita em projetos de consultoria em curso.

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses). Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016 detalham-se conforme segue:

	31-12-2016	30-06-2016
Numerário	522	466
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	174.086	167.858
	<u>174.609</u>	<u>168.325</u>

Por outro lado, em 30 de junho de 2010, a Sociedade constituiu um depósito bancário (colateral) no montante de 15.000 euros como condição específica de acesso à categoria de corretor de seguros nos termos do artigo 19º n.º 1 alínea d) e do artigo 42º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 144/2006 de 31 de julho. O referido montante foi atualizado para 18.760 euros em dezembro de 2013, de acordo com a alínea b) do n.º 4 da Circular n.º 4/2013, de 20 de agosto, emitida pela Autoridade

de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Aquele depósito, que em 31 de dezembro de 2016 ascende a 19.409 euros (incluindo juros), não se encontra disponível para uso imediato por parte da Sociedade, pelo que se encontra registado na rubrica "Ativo não corrente – Outros ativos financeiros".

5. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2016				
	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos				
Saldo inicial	400.894	347.252	10.110	758.257
Aquisições	-	28.991	-	28.991
Saldo final	400.894	376.243	10.110	787.248
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	292.707	226.309	7.493	526.510
Amortizações do exercício	21.579	20.203	872	42.655
Saldo final	314.286	246.512	8.366	569.164
Ativos líquidos	86.608	129.731	1.745	218.084
30 de junho de 2016				
	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos				
Saldo inicial	602.324	343.575	11.350	957.249
Aquisições	-	11.963	(1.240)	10.723
Transferências	(10.589)	4.419	-	(6.170)
Abates	(190.841)	(12.704)	-	(203.545)
Saldo final	400.894	347.252	10.110	758.257
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	316.270	202.421	5.398	524.089
Amortizações do exercício	142.769	14.356	-	157.124
Transferências	(30.749)	21.244	4.502	(5.004)
Abates	(136.899)	(10.395)	-	(147.294)
Outras variações	1.316	(1.316)	(2.406)	(2.406)
Saldo final	292.707	226.309	7.493	526.510
Ativos líquidos	108.187	120.943	2.617	231.747

Handwritten signature and initials

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, a rubrica "Edifícios e outras construções" inclui, essencialmente, obras realizadas em exercícios anteriores no edifício onde a Sociedade tem instalado os seus escritórios e onde desenvolve a sua atividade. Os espaços utilizados pela Sociedade (dois) encontram-se abrangidos por dois contratos de arrendamento, os quais foram renegociados em 2013, com uma duração de 56 e 54 meses, renováveis automaticamente por períodos de três anos. As obras encontram-se a ser depreciadas pelo período daqueles contratos.

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes e em conformidade com as vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 3.2.

As amortizações do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 42.655 euros (157.124 euros em 30 de junho de 2016), foram registadas na rubrica "(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização".

6. Locações

Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade é locatária em contratos de locação operacional relacionados com escritórios e com viaturas, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016 são detalhados conforme se segue:

Locatário

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	31-12-2016	30-06-2016
Até 1 ano	376.301	382.077
Entre 1 ano e 5 anos	293.233	433.080
A mais de 5 anos	-	-
	<u>669.534</u>	<u>815.157</u>

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016 ascende a 200.476 euros e a 384.959 euros, respetivamente, e encontra-se registado na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

7. Clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, a rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição:

	31-12-2016	30-06-2016
Clientes gerais	577.713	389.115
Clientes - empresas relacionadas	1.355.289	142.523
	<u>1.933.002</u>	<u>531.638</u>
Imparidade para clientes	(13.286)	(3.214)
	<u>1.919.716</u>	<u>528.424</u>

Face ao período anterior, ocorreu um aumento significativo no saldo de clientes por via das faturas emitidas a partes relacionadas, sendo o valor mais relevante de faturas emitidas ao Reino Unido referentes a prestação de serviços do Lisbon Service Centre.

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Clientes" não apresentava saldos com antiguidade superior a 6 meses.

O reforço e reversão, líquidos, de imparidade ocorridas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, nos montantes de 10.071 euros e 2.098 euros, respetivamente, foi registada na rubrica da demonstração dos resultados "Perdas por imparidade em dívidas a receber - Clientes".

8. Impostos sobre o rendimento

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, a Sociedade esteve sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. A partir de 1 de janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama municipal anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016 no apuramento de impostos fosse de 22,5%.

Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, os lucros tributáveis estiveram sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do CIRC, aplicável ao montante de lucro tributável da seguinte forma: a) de mais de 1.500.000 euros até 7.500.000 euros aplica-se a taxa de 3%, b) de mais de 7.500.000 euros até 35.000.000 euros aplica-se a taxa de 5% e superior a 35.000.000 euros aplica-se a taxa de 7%.

Na sequência da publicação da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, os encargos efetuados ou suportados com viaturas ligeiras de passageiros passaram a estar sujeitos a tributação autónoma a diferentes taxas, consoante o respetivo custo de aquisição das viaturas a que respeitam. Assim, todas as despesas suportadas com viaturas, cujo custo de aquisição seja inferior a 25.000 euros são tributadas autonomamente à taxa de 10%. Por outro lado, aos encargos efetuados ou suportados com viaturas ligeiras de passageiros cujo valor de aquisição seja igual ou superior a 25.000 euros e inferior a 35.000 euros será aplicada uma taxa de tributação de 27,5%. Às viaturas com um custo de aquisição igual ou superior a 35.000 euros, a taxa a aplicar será de 35%. No que respeita às despesas de representação, as mesmas são tributadas autonomamente à taxa de 10%.

A legislação fiscal em vigor prevê que para os prejuízos fiscais gerados até ao exercício de 2010, o prazo de reporte é de seis anos, para os prejuízos fiscais gerados em 2010 e 2011 é de quatro anos, para os prejuízos fiscais gerados em 2012 e 2013 é de cinco anos e para os prejuízos fiscais gerados em ou após 1 de janeiro de 2014 é de doze anos. Adicionalmente, com a publicação da Reforma do IRC (Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro), a dedução em cada exercício dos prejuízos fiscais reportáveis passou a estar limitada a 70% do lucro tributável apurado nesse exercício.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Gerência da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado como segue:

	31-12-2016	30-06-2016
Imposto corrente estimado (Nota 14)	(242.003)	(1.041.377)
	<u>(242.003)</u>	<u>(1.041.377)</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) registado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016 é como segue:

	31-12-2016	30-06-2016
Resultado antes de impostos	893.911	2.995.322
Taxa de IRC aplicável	22,50%	22,50%
Imposto esperado	<u>201.130</u>	<u>673.947</u>
Diferenças permanentes:		
Benefícios fiscais	(18.918)	(45.225)
Imparidade não aceite fiscalmente	11.857	24.920
Encargos com aluguer de viaturas sem condutor	2.433	8.065
Outros	5.198	3.674
Tributação autónoma	40.303	332.278
Derrama estadual	-	43.718
Imposto registado	<u>242.003</u>	<u>1.041.377</u>
Taxa efetiva	27,07%	34,77%

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, o saldo de benefícios fiscais respeitava à dedução ao rendimento do benefício gerado com a criação líquida de emprego.

9. Acionistas/Sócios

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, esta rubrica incluía os montantes de 7.015.361 euros e 6.463.080 euros, respetivamente, correspondentes a empréstimos de curto prazo concedidos à casa mãe num sistema de "cash pooling". Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, o empréstimo concedido à casa-mãe vencia juros a uma taxa anual de 0,01% e tinha a sua data de vencimento prevista no dia 1 de janeiro de 2017 e 1 de julho de 2016, respetivamente.

10. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, a rubrica “Outras contas a receber” apresentava a seguinte composição:

	31-12-2016	30-06-2016
Acréscimo de rendimentos	516.061	1.610.702
Outros	2.915	-
	<u>518.977</u>	<u>1.610.702</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, a rubrica “Acréscimo de rendimentos” dizia respeito à especialização de rendimentos associados aos projetos de consultoria desenvolvidos pela Sociedade que se encontravam em curso naquelas datas. Aqueles saldos encontram-se líquidos da imparidade registada pela antiguidade dos valores em curso (Nota 3.5), nos montantes de 3.464 euros e 9.448 euros, respetivamente, e de adiantamentos recebidos de clientes.

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, a rubrica acima referida incluía um montante de 353.115 euros e 1.531.710 euros, respetivamente, relativo à especialização de rendimentos associados a projetos de consultoria em curso prestados a entidades relacionadas, cuja faturação ocorreu durante os trimestres que ocorreram após aquelas datas (Nota 22.3).

11. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	31-12-2016	30-06-2016
Gastos a reconhecer:		
Outros gastos com pessoal	18.678	22.197
Rendas	21.595	21.595
Seguros	340	35.067
Outros serviços	5.626	-
Deslocações e estadas	239	866
Serviços especializados	-	6.660
	<u>46.478</u>	<u>86.384</u>

12. Instrumentos de capital próprio

Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, o capital social da Sociedade era composto por uma quota de 100.000 euros detida na totalidade pela Watson Wyatt International Limited, sociedade com sede no Reino Unido.




Prémios de emissão

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, os prémios de emissão ascendem a 778.937 euros e tiveram a sua origem no aumento de capital por entradas em espécie realizado em agosto de 2009. Este montante não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizado para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporado no capital.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, a reserva legal ascendia a 20.000 euros, perfazendo os 20% do capital social exigidos legalmente.

Aplicação de resultados

Conforme deliberado em reunião de Assembleia Geral realizada em 14 de outubro de 2016, o resultado líquido relativo ao exercício findo em 30 de junho de 2016, no montante de 1.953.945 euros, foi transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

13. Passivos financeiros

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	31-12-2016	30-06-2016
Fornecedores		
Fornecedores - conta corrente	15.876	33.036
Fornecedores - entidades relacionadas (Nota 22.3)	315.412	457.943
	<u>331.288</u>	<u>490.979</u>

14. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2016	30-06-2016
	Passivo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		
Estimativa de imposto (Nota 8)	242.003	1.041.377
Retenções na fonte	(343)	1.357
Pagamentos especial por conta	-	(21.534)
Pagamentos adicional por conta	-	(38.739)
Pagamentos por conta	-	(581.166)
	241.660	401.295
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	51.068	66.147
Imposto sobre o valor acrescentado	65.066	41.372
Contribuições para a Segurança Social	74.718	97.993
Contribuições para a Segurança Social - a receber	(11.155)	-
	421.357	606.807

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os montantes incluídos nas rubricas Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e Contribuições para a Segurança Social referem-se ao mês de dezembro de 2016, sendo o Imposto sobre o Valor Acrescentado referente aos meses de novembro e dezembro de 2016.

Em agosto de 2016 a Sociedade foi notificada da instauração de um processo de execução fiscal pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, tendo em vista a cobrança coerciva de contribuições, juros de mora e custas alegadamente devidos ao IGFSS no montante total de 13.743 euros. A Sociedade procedeu ao pagamento e apresentou oposição à execução fiscal. A expectativa da Gerência é de que este processo terá um desfecho favorável à Sociedade.

15. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, a rubrica “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	31-12-2016	30-06-2016
Acréscimo de gastos com o pessoal:		
. Bónus	468.220	240.990
. Férias e subsídio de férias	282.214	231.002
. Subsídio de natal	-	51.475
. Segurança Social	72.353	67.089
Outros acréscimos de gastos	409.386	220.945
	1.232.174	811.501

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, a rubrica “Outros acréscimos de gastos” incluía, essencialmente, acréscimos de gastos com serviços prestados à Sociedade cujas faturas, naquelas datas, ainda não tinham sido rececionadas, nomeadamente com o Grupo, no montante de 180.391 euros e 115.258 euros, respetivamente, (Nota 22.3). Existem outros

encargos com pessoal registados nesta rubrica, tais como o bónus (468.220 euros e 240.990 euros, respetivamente) e férias e subsídio de férias (282.214 euros e 231.002 euros).

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Acréscimo de gastos com o pessoal – bónus" inclui o valor respeitante a 12 meses, uma vez que em março de 2017 será pago o bónus correspondente ao ano de 2016.

16. Vendas e serviços prestados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, as vendas e os serviços prestados podem ser detalhados da seguinte forma:

	31-12-2016	30-06-2016
Prestações de serviços de consultoria	4.386.605	10.278.043
Prestações de serviços de mediação de seguros (Nota 23)	81.362	167.109
	<u>4.467.967</u>	<u>10.445.152</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, a distribuição das vendas e dos serviços prestados por mercado geográfico pode ser detalhada da seguinte forma:

	31-12-2016	30-06-2016
Interno	912.799	1.863.954
Comunitário	3.514.756	8.427.185
Extra-comunitário	40.412	154.013
	<u>4.467.967</u>	<u>10.445.152</u>

17. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016 é detalhada conforme se segue:

	31-12-2016	30-06-2016
Trabalhos especializados	597.792	1.184.591
Rendas e alugueres	228.453	455.624
Deslocações e estadas	78.163	125.401
Comunicação	14.302	32.887
Honorários	23.001	38.957
Eletricidade	12.404	25.237
Outros serviços	10.388	25.968
Despesas de representação	7.116	20.400
Limpeza, higiene e conforto	8.552	15.795
Material de escritório	6.686	11.524
Conservação e reparação	5.708	4.844
Publicidade, marketing e propaganda	4.179	1.224
Artigos para oferta	2.804	924
Outros - serviços bancários	1.244	2.118
Seguros	541	119.184
Livros e documentação técnica	215	977
	<u>1.001.549</u>	<u>2.065.652</u>



No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a variação da rubrica "Trabalhos especializados", inclui o efeito da diminuição do débito de despesas relativas aos expatriados e aos honorários debitados pela casa mãe, decorrentes do decréscimo do número de expatriados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, a rubrica "Rendas e alugueres" inclui, essencialmente, gastos com rendas de escritórios, viaturas e equipamentos, sendo a sua principal componente as rendas de escritórios (126.196 euros a 31 de dezembro 2016 e 251.410 euros a 30 de junho de 2016).

Na rubrica de seguros, verifica-se uma variação negativa, na medida em que no exercício findo a 31 de dezembro de 2016 não foi considerado o valor relativo ao Professional Indemnity insurance.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Deslocações e estadas" apresentou um aumento face ao ano anterior (se considerarmos um ano completo), justificado essencialmente pelo acréscimo do número de viagens ao estrangeiro para formação, visita a diferentes escritórios do Grupo e reuniões de grupos geográficos.

Na rubrica "Publicidade, marketing e propaganda" ocorreu um acréscimo significativo face ao ano anterior, dado que foram retomados os eventos de marketing.

18. Gastos com o pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016 é detalhada conforme se segue:

	31-12-2016	30-06-2016
Remunerações do pessoal	1.703.168	3.418.654
Benefícios pós-emprego:		
Contribuição definida	40.305	107.200
Indemnizações	68.944	608.299
Encargos sobre remunerações	396.796	839.129
Outros	82.520	136.254
	<u>2.291.733</u>	<u>5.109.536</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, a rubrica "Remunerações do pessoal" inclui não só os salários dos colaboradores locais, como também os custos relacionados com os expatriados. A mesma rubrica inclui um valor referente a bónus de cerca de 205.000 euros (cerca de 458.000 euros em 30 de junho de 2016).

A variação dos "Gastos com o Pessoal" inclui o efeito da cessação de contrato por mútuo acordo de um dos gerentes que ocorreu no período económico anterior.

A rubrica "Benefícios pós-emprego – contribuição definida" diz respeito aos custos com as contribuições efetuadas pela Sociedade para o plano de contribuição definida atribuído aos seus colaboradores.

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, a rubrica "Outros" inclui, essencialmente, encargos suportados com seguros e formação.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, o número médio de colaboradores ao serviço da Sociedade ascendia a 100 e 92, respetivamente.



19. Provisões

Em 31 de dezembro de 2016, esta rubrica referia-se a uma provisão para fazer face a contingências fiscais. No exercício findo em 30 de junho de 2016, não se registaram movimentos.

	30-06-2016	Aumentos	31-12-2016
Impostos	-	80.494	80.494
	-	80.494	80.494

No âmbito do processo de fusão entre a Towers Watson e a Willis, não foi constituída qualquer provisão para fazer face a possíveis contingências relacionadas com este assunto por a Gerência não ter conhecimento de nenhuma situação que pudesse ter impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2016, nomeadamente relacionadas com revogações de contratos com trabalhadores ou fornecedores.

20. Outros gastos e perdas

A composição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016 é como segue:

	31-12-2016	30-06-2016
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	56.251
Diferenças de câmbio desfavoráveis	121.580	49.368
Impostos	306	463
Outros	26.010	14.847
	<u>147.896</u>	<u>120.930</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, a rubrica "Gastos e perdas em investimentos não financeiros" refere-se às menos valias geradas com o abate dos equipamentos associados ao espaço para o qual não foi renovado o contrato de arrendamento (Nota 5).

21. Juros e rendimentos similares obtidos

Os juros e rendimentos similares obtidos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016 são detalhados conforme se segue:

	31-12-2016	30-06-2016
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	-	866
Outros	343	448
	<u>343</u>	<u>1.314</u>

22. Partes relacionadas

22.1 Identificação de partes relacionadas

A Sociedade é detida a 100% pela entidade Watson Wyatt International Limited com sede no Reino Unido, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas naquela entidade.

22.2 Remunerações do pessoal chave da gestão

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, as remunerações do pessoal chave da gestão, que incluem apenas os membros dos órgãos sociais da Sociedade, ascenderam a 110.136 euros e 1.347.697 euros, respetivamente. O saldo a 31 de dezembro de 2016 inclui remunerações fixas, prémios e encargos.

22.3 Saldos e transações com partes relacionadas

As transações e os saldos mantidos com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016 foram como seguem:

	31-12-2016	30-06-2016
	<u>Serviços prestados</u>	<u>Serviços prestados</u>
Towers Watson Limited	3.389.495	8.219.675
Towers Watson NV	80.937	44.066
Towers Watson SARL	29.617	39.442
Towers Watson Delaware Inc.	26.748	116.641
Towers Watson Ltd Zweigniederlassung Frankfurt am Main	21.338	36.794
Towers Watson Netherlands BV	20.428	23.398
Towers Watson de España SA	15.139	11.747
Towers Watson Middle East FZ-LLC	7.760	3.280
Towers Watson AG	6.216	15.133
Towers Watson India Private Limited	170	-
Towers Watson Asia Pacific Shared Services Center	-	3.331
Towers Watson Global Business Services	-	(2.326)
Towers Watson (Ireland) Limited	-	50.944
Towers Watson Canada Inc	(483)	1.326
Towers Watson GmbH	(555)	(4.515)
	<u>3.596.810</u>	<u>8.558.937</u>

	31-12-2016	30-06-2016
	<u>Serviços obtidos</u>	<u>Serviços obtidos</u>
Towers Watson Limited	272.656	403.606
Towers Watson Delaware Inc.	150.121	386.838
Towers Watson Software Limited	71.108	-
Towers Watson (Ireland) Limited	30.742	-
Towers Watson Asia Pacific Shared Services Center	8.783	8.131
Towers Watson Global Business Services	2.648	10.292
Towers Watson Italia Srl	2.125	-
Towers Perrin Capital Corp	-	157.494
Towers Watson AG	-	30.532
Towers Watson Canada Inc	-	81
Towers Watson de España SA	-	14.399
Towers Watson Netherlands BV	-	529
	<u>538.182</u>	<u>1.011.902</u>

31-12-2016

	<u>Cientes</u>	<u>Fornecedores</u>	<u>Acréscimos de rendimento</u>	<u>Acréscimos de gastos</u>	<u>Acionistas / Sócios</u>
Towers Watson Limited	1.180.667	(219.088)	339.244	(7.180)	7.015.361
Willis Corretores de Seguros	75.683	-	-	-	-
Towers Watson NV	26.393	(3.330)	-	-	-
Towers Watson (Ireland) Limited	15.111	-	4.088	-	-
Towers Watson Italia Srl	14.260	(13.900)	-	(20.700)	-
Towers Watson Delaware Inc.	13.296	(69.581)	4.581	(18.819)	-
Towers Watson SARL	10.491	(544)	1.363	-	-
Towers Watson Software Limited	6.270	-	-	(133.692)	-
Towers Watson India Private Limited	4.551	-	-	-	-
Towers Watson Netherlands BV	3.610	-	3.840	-	-
Towers Watson Middle East FZ-LLC	2.910	-	-	-	-
Towers Watson GmbH	1.000	(1.555)	-	-	-
Towers Watson Ltd Zweigniederlassung Frankfurt am Main	600	-	-	-	-
Towers Watson AG	173	-	-	-	-
Towers Watson de España SA	75	(3.003)	-	-	-
Towers Watson Asia Pacific Shared Services Center	-	(2.382)	-	-	-
Towers Watson Global Business Services	-	(2.029)	-	-	-
	1.355.289	(315.412)	353.115	(180.391)	7.015.361

30-06-2016

	<u>Cientes</u>	<u>Fornecedores</u>	<u>Acréscimos de rendimento</u>	<u>Acréscimos de gastos</u>	<u>Acionistas / Sócios</u>
Towers Watson Limited	117.868	(336.978)	1.506.362	(8.003)	6.463.080
Towers Watson SARL	9.059	(544)	-	-	-
Towers Watson Delaware Inc.	6.506	(111.043)	(12.823)	(107.255)	-
Towers Watson de España SA	4.084	(1.500)	-	-	-
Towers Watson Netherlands BV	3.506	(426)	-	-	-
Towers Watson Ltd Zweigniederlassung Frankfurt am Main	1.050	-	-	-	-
Towers Watson Italia Srl	450	-	-	-	-
Towers Watson (Ireland) Limited	-	-	38.170	-	-
Towers Watson Canada Inc	-	(62)	-	-	-
Towers Watson Asia Pacific Shared Services Center	-	(4.350)	-	-	-
Towers Watson Global Business Services	-	(3.021)	-	-	-
	142.523	(457.943)	1.531.710	(115.258)	6.463.080

23. Divulgações exigidas por diplomas legais

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados e a faturar pelo Revisor Oficial de Contas para efeitos de emissão da Certificação Legal das Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 ascendem a 19.960 euros.

Prestação de serviço de mediação de seguros ou de resseguros

Nos termos do n.º 1 do artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), de 30 de dezembro, as demonstrações financeiras devem incluir a seguinte informação, desagregada por alínea respetiva do artigo supra referido:

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços de corretagem de seguros (comissões) na data de início das apólices mediadas. Desta forma, a Sociedade considera que, como agente intermediário, a prestação de serviço termina nessa data, não existindo assim lugar a qualquer reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

As remunerações recebidas pela Sociedade durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016 foram integralmente recebidas em numerário e apresentavam a seguinte tipologia:

	<u>31-12-2016</u>	<u>30-06-2016</u>
Comissões	1.603	1.439
Honorários	79.759	165.670
	<u>81.362</u>	<u>167.109</u>

c) Total de remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados desagregados por ramo e por origem

As remunerações recebidas pela Sociedade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016 apresentam a seguinte composição:

i. Por ramo: 31 dezembro 2016

Atividade de mediação de seguros					
Remunerações				Transferências de valores	
Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
54.874	17.258	9.230	100,00%	-	-

30 junho 2016

Atividade de mediação de seguros					
Remunerações				Transferências de valores	
Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
111.248	39.151	16.710	100,00%	-	-

ii. Por origem:

	<u>31-12-2016</u>	<u>30-06-2016</u>
Empresas de seguros	1.603	1.439
Outros mediadores	0	0
Clientes	79.759	165.670
	<u>81.362</u>	<u>167.109</u>

d) Níveis de concentração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, verificou-se somente uma entidade com nível de concentração ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes, igual ou superior a 25% do total das remunerações auferidas pela Sociedade (Nota 23.a – pág. 29.).

e) Valores das contas de clientes

A Sociedade não dispõe de poderes para movimentar fundos relativos aos contratos de seguros, como tal não existe movimentação a divulgar.

f) Valores das contas a receber e a pagar desagregadas por origem/entidade

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, existiam valores a receber associados à atividade de mediação de seguros conforme se segue:

Por entidade	31-12-2016		30-06-2016	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Total	53.516	0	49.678	0
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	0	0	0	0
Empresas de seguros	0	0	0	0
Outros	53.516	0	49.678	0

g) Valores das contas a receber e a pagar desagregadas por natureza

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, existiam valores a receber associados à atividade de mediação de seguros conforme se segue:

Por natureza	31-12-2016		30-06-2016	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Total	53.516	0	49.678	0
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	0	0	0	0
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	0	0	0	0
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	0	0	0	0
Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar	0	0	0	0
Outras quantias:				
- Honorários devidos à Sociedade por prestações de serviços	53.516	0	49.678	0

h) Antiguidade e classificação dos valores a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, todos os valores a receber associados à atividade de mediação de seguros estavam vencidos há menos de 90 dias, não havendo registo de imparidade para os mesmos, uma vez que a mesma só seria calculada após essa data.

i) Descrição de obrigações contingentes

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, não existiam obrigações contingentes.

j) Transmissões de carteiras de seguros

Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, não se realizaram transmissões de carteiras de seguros.

Nos termos do n.º 2 do artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), de 30 de dezembro, a Sociedade, enquanto corretor de seguros, deve ainda divulgar a seguinte informação:

a) Empresas de seguros cujas remunerações pagas à Sociedade representem pelo menos 5% do total das remunerações auferidas

As remunerações relativas a comissões auferidas pela Sociedade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016 apresentam a seguinte composição:

31 dezembro 2016

Código da Entidade	Atividade de mediação de seguros					
	Remunerações				Transferências de valores	
	Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
	54.874	17.258	9.230	100,00%	-	-
3820	22.878			28,12%		
1011		9.630	5.386	18,46%		
3814	11.199			13,76%		
1093	10.399			12,78%		
3817	10.399			12,78%		
outras		7.628	3.844	14,10%		

30 junho 2016

Código da Entidade	Atividade de mediação de seguros					
	Remunerações				Transferências de valores	
	Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
	111.248	39.151	16.710	100,00%	-	-
3820	47.256			28,28%		
1011		19.260	9.074	16,96%		
3814	22.398			13,40%		
1093	20.798			12,45%		
3817	20.798			12,45%		
1021		10.715		6,41%		
outras		9.175	7.635	10,06%		

- b) Valor total de fundos recebidos com vista a serem transferidos para empresas de seguros que não tenham outorgado à Sociedade poderes para o recebimento em seu nome

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2016, a Sociedade não recebeu fundos com as características mencionadas acima.

A Gerência:



O Contabilista Certificado:



**TOWERS WATSON (PORTUGAL)
UNIPessoal, LDA.**

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2016 acompanhadas
da Certificação Legal das Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada ("Sociedade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 9.912.633 euros e um total de capital próprio de 7.837.210 euros, incluindo um resultado líquido de 651.908 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido na Nota Introdutória do Anexo, a Sociedade alterou o seu exercício económico para coincidir com o ano civil, sendo que o último exercício económico de 12 meses referiu-se ao período compreendido entre 1 de julho de 2015 e 30 de junho de 2016. Desta forma as demonstrações financeiras anexas objeto do presente relatório de auditoria referem-se ao período de seis meses findo em 31 de Dezembro de 2016. Este aspeto deverá ser tido em consideração na informação comparativa da demonstração dos resultados e respetivas notas apresentadas relativamente ao exercício anterior.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

[Insert the Standard legal description]

Capitulum vel doloremque visum acinacium quidem odioque feugiamcommy nim vulput adip exerosto essi. Rud min ver sed magna ate tat, vendigna conulputat. Ulput pratie ming et, commy nos et nim il et at. Ut aliquipit amcommy nullaore endrem er incilla conse feu facin venisi.

[Click here for more information about the DTTL Language & Style Guide]

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade é apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação financeira nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento da Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 13 de abril de 2017



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves